

**RELATÓRIO DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA NO ANO DE 2018 COLEGIADO  
DE TRIBUTOS, AUDITORES FISCAIS E TÉCNICOS DA TRIBUTAÇÃO DOS  
MUNICÍPIOS DA AMOSC - COFATT**

**Data:** 28 de agosto de 2018.

**Local:** Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC - Av. Getúlio Vargas, nº 571-S, Centro - Chapecó - SC

**Deliberações:**

Atendendo à convocação relativa aos termos do Edital nº 29/2018, reuniram-se os membros do colegiado e as demais pessoas constantes na lista de presença anexa.

Declarada iniciada a reunião pelo Coordenador do colegiado, Sr. Vanderli Pedrotti dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos os membros do colegiado, passou-se à discussão dos temas da pauta:

**1 – Apresentação da Proposta “Cadastro Imobiliário”;**

- Foi apresentado o Sistema de Gestão do Cadastro Imobiliário Municipal pelo Sr. Marcio. Apenas uma proposta para ser discutida. O Sistema fornece um conjunto de ferramentas para a gestão territorial. Estas ferramentas permitem a visualização espacial do cadastro técnico do município, possibilitando o acompanhamento da expansão urbana e a elaboração do planejamento estratégico sobre as áreas de expansão. O Sistema também permite que a municipalidade tenha condição de exercer sua competência tributária com mais eficiência, já que a gestão do cadastro imobiliário propicia aperfeiçoamento do recolhimento de taxas, contribuição de melhoria e impostos. Contando que ajudaria muito em ajustar a defasagem existente nos Municípios, no que diz respeito à arrecadação, o que atenderia também o programa Saúde Fiscal, onde os Municípios tem um TAC assinado com o MP.

**2 – Nota Técnica MPSC sobre Acessibilidade;**

- Luciano e Pedrotti abordaram pontos da Nota Técnica do MP de Santa Catarina, dando ênfase nos pontos principais do documento que remete à obrigatoriedade do cumprimento do Decreto Federal nº. 9.405/2018 que dispõem sobre o “Tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte”, que estabelece condições



diferenciadas para que as Microempresas – Mês e Empresas de Pequeno Porte – EPPs cumpram as regras de acessibilidade previstas na LBI.

Diante da Nota Técnica e depois de algumas discussões foi sugerido que fosse feito um documento para ser encaminhado aos Prefeitos dizendo da situação e que há a necessidade de um parecer da engenharia para os fiscais emitirem o Alvará de funcionamento. Assim como na renovação do alvará pedir uma nova vistoria da engenharia também.

Também a sugestão de elaboração de uma cartilha para orientação ao comercio de cada município. Fazer um modelo padrão e cada município manda fazer e distribuir.

### **3 – Assuntos Gerais;**

- Foi lembrado os grupos de trabalho para ver os encaminhamentos para apresentação dos estudos que estão sendo feito sobre ITBI e ISSQN.

O pessoal que participou de um curso em Porto Alegre relatou do que acharam do evento. Citando pontos bons no que diz respeito à arrecadação. Embora abordando realidades diferentes da nossa região no que diz respeito às cifras. Mas sempre se aprende algo que pode ser aproveitado em nossos trabalhos.

Não havendo mais nada a tratar deu-se por encerrada a reunião. É o relato.

Chapecó, 28 de agosto de 2018.

  
LUCIANO DEON  
Colaborador da AMOSC